

# Pela glória e pela honra do Império!: Recrutamento, organização e atuação do Batalhão da Paraíba na Guerra de Independência na Bahia (1822-1823)\*

*For the glory and honor of the Empire! Recruitment, organization and performance of the Paraíba Battalion at the War of Independence in Bahia (1822-1823)*

**George Henrique de Vasconcelos Gomes**

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba – PPGH-UFPB – e pesquisador associado ao Museu Marítimo EXEA.

**Leandro Vilar Oliveira**

Mestre em História e doutor em Ciências das Religiões – PPGCR-UFPB – e pesquisador associado ao Museu Marítimo EXEA.

## RESUMO

O trabalho de pesquisa tem como fim abordar a atuação do Batalhão da Paraíba durante a Guerra de Independência ocorrida na Bahia entre 1822 e 1823. Inserido dentro do contexto da Independência do Brasil, a unidade militar em questão foi formada a partir do recrutamento de homens de cidades, vilas e povoados da Província da Paraíba, tendo sido importante componente no cerco à cidade de Salvador, sitiada por terra pelo chamado “Exército Pacificador” e pelo mar. Apresentamos este último como importante espaço estratégico de deslocamento de forças terrestres, tanto as formadas na Corte (Rio de Janeiro), quanto os batalhões das províncias do Norte, discutindo os motivos e hipóteses dessa ação. Ademais, abordaremos como se deu o recrutamento, a organização dessa força e parte da atuação do Batalhão da Paraíba. A pesquisa se realizou em acervos existentes em arquivos on-line através de fontes primárias e de apoio biblio-

## ABSTRACT

*The purpose of this research paper is to discuss the performance of the Paraíba Battalion during the War of Independence that took place in Bahia between 1822 and 1823. Inserted in the context of Brazil's Independence, the military unit in question was formed from the recruitment of men from cities, towns and villages of the Paraíba Province, and was an important component in the siege of the city of Salvador, besieged by the so-called “Peacemaker Army”, by land, and by sea. We present the sea as an important strategic space for the displacement of land forces, both the forces formed at the Court (Rio de Janeiro) and the battalions from the Northern provinces. We discuss the motives and hypotheses of this action. Furthermore, we will discuss how the Recruitment process took place, the organization of this force, and part of the performance of the Paraíba Battalion. The research was carried out in collections existing on the internet through*

---

\*Artigo recebido em 08 de fevereiro de 2022 e aprovado para publicação em 25 de abril de 2022.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 35, p. 57-73 – 2022.

gráfico no que diz respeito ao contexto histórico presente..

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra de Independência; recrutamento; Batalhão da Paraíba

## INTRODUÇÃO

Em 2022, comemora-se o Bicentenário da Proclamação da Independência do Brasil, acontecimento histórico que por certo tempo foi considerado como tendo sido um ato que ocorreu de forma pacífica, por supostamente a população brasileira encontrar-se favorável a separação do Brasil de Portugal, e por conta disso, não teria havido resistência por parte do povo brasileiro em impedir a confirmação da independência e o estabelecimento do Império. No entanto, a história não ocorreu dessa forma. Houve resistência e as chamadas Guerras de Independência (1822-1825), as quais mobilizaram tropas brasileiras e portuguesas e contou com ajuda de outros países como Inglaterra e França. (MOTA, 1986, p. 56-58).

As Guerras de Independência foram o resultado bélico de parte da população brasileira que não aceitava a independência do Brasil, considerando isso um ato de traição do Príncipe Regente Dom Pedro, coroado Imperador em dezembro de 1822. Por conta disso, esses brasileiros representados pelas elites latifundiárias, políticas e militares mobilizaram tropas, milícias e até conseguiram o apoio português para iniciar uma série de resistências que impediam que o neófito Império brasileiro pudesse ser reconhecido como uma unidade nacional (CALMON, 2002, p. 183-185). Por conta disso, províncias como Bahia, Maranhão e Pará irromperam em guerra, e outras províncias tiveram conflitos menores ou enviaram forças para lutar nessas guerras.

No caso da Província da Paraíba, alvo deste estudo, não ocorreram grandes revoltas e nem batalhas, apenas alguns

*primary sources and bibliographical support regarding the present historical context.*

**KEYWORDS:** *War of Independence; Recruitment; Paraíba Battalion*

conflitos menores, considerados na época como distúrbios urbanos de caráter antilusitano. Entretanto, no transcorrer de 1820 a 1822, notou-se entre os políticos e militares divergências quanto a manter-se leais à Constituição portuguesa aprovada em 1820 e quanto a apresentar-se solidários ao projeto de independência encabeçado por D. Pedro, D. Leopoldina, José Bonifácio, entre outros.

Esse cenário de riscos à flor da pele será melhor apresentado adiante, para situar o leitor no contexto em que a Paraíba se encontrava politicamente, antes de enviar tropas em auxílio ao Exército Pacificador, para irem travar batalha na Bahia. Sendo assim, se a Paraíba não foi alvo de conflitos, apesar das divergências políticas ali existentes, no entanto, uma pequena, mas seleta, expedição militar paraibana foi destacada para ajudar em um problema bem maior.

Posto isso, o artigo através da Nova História Militar<sup>1</sup> analisou relatórios militares, cartas, memórias e crônicas para abordar o cenário político na Província da Paraíba, e depois o estudo focou-se em apresentar os aspectos da participação da tropa paraibana na Guerra da Bahia, em 1823. Abordando temas como recrutamento, problemas de mobilização das tropas, as quais seguiram a pé, apoio logístico no Recôncavo Baiano às Forças Navais, ordens do dia, culminando com o 2 de julho de 1823, marcando a Proclamação da Independência em Salvador, e, posteriormente, o retorno das tropas paraibanas à sua província.

## UM BREVE QUADRO DA CONJUNTURA POLÍTICA PARAIBANA EM 1822

O ano de 1822 para a Paraíba foi conturbado como no restante do Brasil, após o Dia do Fico, em 9 de janeiro do ano corrente, em que D. Pedro optou em não retornar a Lisboa, preferindo permanecer no Rio de Janeiro, tendo início um processo para se proclamar a independência, embora essa ideia já fosse cogitada anteriormente. Neve (1999, p. 76) salientou que o cenário político naquele momento havia “adquirido várias tonalidades que foram realçadas pelas cores do liberalismo”. Tínhamos em Portugal as Cortes de Lisboa e o Rei D. João VI submetido à Constituição de 1820; indo para o Brasil, no Rio de Janeiro, encontrava-se o príncipe regente, apoiado por conselheiros liberais, mas em outras províncias brasileiras a situação era mais instável, pois governantes foram depostos, sendo substituídos por juntas provisórias, as quais algumas eram simpatizantes da constituição lusitana, enquanto outras ansiavam pelos ideários liberais por uma pátria independente.

No caso da Paraíba, no ano de 1822, a então junta provisória<sup>2</sup> que governava a província era formada por realistas, os quais desde 1821 haviam jurado lealdade às Cortes de Lisboa. Os chamados realistas eram adeptos da constituição portuguesa e alguns acreditavam que esse poderia ser o primeiro passo para um sistema republicano. Nesse grupo, incluíam-se homens que participaram da chamada “Revolução de 1817”. Do outro lado, os adeptos da independência brasileira se chamavam patriotas. (MARIZ, 1980, p. 98-99).

Essa divisão entre realistas e patriotas não era apenas encontrada na capital Parahyba (atual João Pessoa), manifestando-se nas outras vilas da província, e mesmo nas províncias vizinhas de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

No caso do interior da Paraíba, a situação era mais problemática devido ao desencontro de informações. Mariano (2005, p. 145-148) comenta que o atraso do envio de informações advindas de Lisboa e Rio de Janeiro às vilas no interior da Paraíba gerou uma onda de confusão, a tal ponto que boatos se mesclavam às notícias oficiais. Um dos boatos chegou a dizer que D. João VI havia traído a constituinte portuguesa, e, por conta disso, o rei deveria ser desobedecido. Alguns habitantes realmente acreditaram naquilo, rebelando-se contra a constituinte e ignorando o juramento à Coroa lusitana.

Portugal, em resposta, enviou navios e tropas ao Brasil, como precaução para possíveis rebeliões. O jornal português *Gazeta Universal*<sup>3</sup> relatou o seguinte:

O capitão da galera *Flôr do Tejo* diz, que em Pernambuco reina a maior inquietação e desassossego, procedido dos desejos de fazer sahir d'aquelle território as *Tropas de Portugal*, para cujo effeito ficavão aprontando Navios. Que a corveta *Voador*, e o navio *Quatro d' Abril*, ainda não tinhão chegado áquelle porto, e que constavam estarem *fundeados ao norte da Paraíba*. (GAZETA UNIVERSAL, 26 de março de 1822) (Grifos nossos)

A matéria que se estende informou posteriormente que o “clima de desassossego” era visto em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, Ceará e outras províncias. Por conta disso, as Cortes exigiam de seus governantes que mantivessem a ordem. No entanto, a situação somente foi se agravando. O mesmo jornal relatou nas edições 68 e 92, publicadas entre abril e maio daquele ano, notícias de tumultos na Paraíba e províncias vizinhas, incluindo insubordinação de militares brasileiros<sup>4</sup> ao desacatar ordens dos superiores que eram portugueses. As matérias não deram atenção a isso, mas

citavam que casos assim estavam ocorrendo pontualmente.

Essa situação conflitante, entretanto, curiosamente durou pouco tempo. Embora a junta provisória e os deputados fossem adeptos às Cortes lisboetas, no entanto, em junho de 1822 a situação já tinha começado a mudar mais rápido do que se imaginava. Os patriotas tinham ganhado mais apoio e membros do governo já se mostravam reticentes em manter-se como realistas. Fato esse que em 11 de junho, em carta lida no Senado da Câmara na Paraíba, políticos diziam reconhecer seu apoio aberto a Dom Pedro. Posteriormente, em 2 de julho, José Bonifácio lia para o príncipe uma carta elogiando a Paraíba por ter declarado sua lealdade a ele. (ALMEIDA, 1978, p. 109).

O dia em que a nova da Independência do Brasil chegou à Paraíba não se sabe. Sabe-se, entretanto, que a 29 de setembro o fato já era conhecido porque nesse dia a Câmara da capital realizava eleição para deputados à Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. A 8 de outubro declarava-se desligada da metrópole portuguesa. A 28 de novembro proclamava-se D. Pedro I imperador do Brasil. Em dezembro, de 16 a 24, festejou a aclamação do imperador por nove dias seguidos. (ALMEIDA, 1978, p. 111).

A adesão da Paraíba à causa da independência ainda dividia opiniões no ano de 1823, alguns políticos e militares continuavam realistas, inclusive um jornal pernambucano citou um caso curioso ocorrido naquele ano na Fortaleza de Cabedelo (atualmente chamada de Fortaleza de Santa Catarina).

E ainda mais; custa-se ver a sangue frio a indulgência, com que se levão negócios de tanta

monta, e he, que no mez de Maio próximo passado arribou à este porto uma *Embarcação Dinamarqueza*, cujo capitão chamava Diôgo Davidson, o qual vendo a *Bandeira Portuguesa na Fortaleza*, quis voltar, julgando por isto, que esta Provincia estivesse reconciliada com Portugal. [...]. Em fim Senhor Redactor, eu *não sei, como, tendo o Brazil proclamado a absoluta independência, esteja ainda arvorada na Fortaleza do Cabedelo a Bandeira de Portugal*, de quem o Brazil tem tantas queixas [...]. (SENTINELA DA LIBERDADE, 1823, ed. 33, p. 140, grifos nossos).

A denúncia feita ao jornal pernambucano<sup>5</sup> por um paraibano patriótico, como ele se referiu na matéria, é interessante principalmente pela condição de que essa fortaleza fosse a única a existir na Paraíba, estando situada na barra do Rio Paraíba, ponto de passagem para qualquer embarcação poder seguir até o porto da capital. O intrigante é que o capitão da fortificação ousava claramente contrariar a decisão política de seu governo, e mantinha hasteada a bandeira portuguesa. Entretanto, mais intrigante ainda é o fato de por quanto tempo isso aconteceu, já que o jornal apenas cita que o ocorrido se deu em maio daquele ano. Apesar disso, tropas paraibanas haviam sido enviadas para lutar na Bahia pela independência.

## **A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NO BRASIL**

De antemão, se faz necessário contextualizar o cenário militar estabelecido na colônia portuguesa antes dos eventos que antecederam a guerra. Já entre 1820 e 1821, quando ocorreu e se estabeleceu a Revolução do Porto e a formação do Reino Unido, não foram realizadas drásticas mudanças em um sentido da organização militar. Ocorreram, ao contrário,

permanências em sua organização, que se assemelhavam às do século anterior. As forças militares estabelecidas no Brasil nesta época eram formadas pela tropa de primeira linha (permanente), a milícia (segunda linha) e a ordenança (terceira linha). Em meio a um ambiente de grande efervescência política, e com a transição do modo de governo, nem sempre as determinações das Cortes de Lisboa eram devidamente interpretadas ou obedecidas no Brasil. Somando-se a isso, havia o sentimento antilusitano, que dividia a população das cidades entre brasileiros e portugueses. Estas diferenças ocasionariam conflitos em boa parte dos grandes centros urbanos do Brasil à época, especialmente entre as lideranças políticas.

É preciso ter em mente que grande parte dessas forças militares possuíam portugueses em seu comando, gerando, assim, muitos conflitos. Podemos utilizar como exemplo a situação de Salvador, na Bahia, na época, em 1821, quando se deu o processo de juramento à nova constituição (chamada de novo sistema constitucional). Após o juramento à nova constituição pela Junta Provisória do Governo da Bahia foram tomadas diversas medidas sob a égide militar. A primeira foi a solicitação às Cortes do envio de tropas metropolitanas para garantir que o novo sistema fosse estabelecido:

a pretexto de sustentar o novo systema proclamado, uma tal requisição não podia deixar de ser deferida pro aquelle governo, e Francisco Maximiliano de Souza, secretario da regencia em Lisboa, congratulando a mesma junta em 26 de maio (1821), lhe annunciava a brevidade da *partida de uma divisão de tropas, composta de dous batalhões de infantaria, e uma companhia de artilharia, com a denominação de - Legião Constitucional Luzitana - contendo ao todo a força de 1.184*

*homens, para tudo transporte se havião offerecido naquella cidade os correspondentes dos negociantes desta.* (SILVA, 1836, p. 25, grifos nossos).

Logo em seguida, a mesma Junta Provisória do Governo da Bahia, em obediência à nova constituição, ordenou a partida de tropas para Sergipe del Rei, cujas lideranças ficaram contra a nova realidade política. Segundo consta,

Este procedimento irritou sobremaneira a junta provisoria, a qual e o dia 3 de março (1821) *enviou para Sergipe 200 praças commandadas pelo coronel Bento da França Pinto Garcez, a fim de proclamar ali o novo systema*, o que se conseguiu, voltando essa força em principios de maio a esta cidade (Salvador): *incurtia porém grande receio a indecisão do governo do Rio de Janeiro; temia a mesma junta, que, reprovada a revolução, lhe fosse necessário defender-se de qualquer força que o mesmo governo enviasse...[...].* (SILVA, 1836, p. 27-28, grifos nossos).

No decorrer do ano de 1821, passadas as desconfianças com a lealdade ou não para com a nova constituição, o ambiente político no Brasil tornou-se mais tranquilo. Porém, ao final desse ano, com as eleições nas províncias para os representantes que deveriam compor as Cortes de Lisboa, o clima de rivalidade entre portugueses e brasileiros novamente veio à tona. No caso específico da Junta Provisória do Governo em Salvador, em novembro daquele ano, questionamentos em torno de sua capacidade de liderança levaram a novos tumultos na cidade [4]. As *Memórias da Província da Bahia* em seu tomo II são bem enfáticas ao determinar as razões pelas quais tais conflitos ocorriam, segundo eles, que o governo da província “não podia deixar de aparecer com a existência de corpos de diverso país, es-

tacionados nesta cidade (Salvador), aos quais a mesma junta e os seus sectários prestavam uma protecção propalada e escandalosa, com menoscabo da tropa do país (Brasil)". (SILVA, 1836, p. 39).

Acima, um expoente da situação militar existente no Brasil naquele período: as desconfianças e rivalidades entre as forças militares portuguesas estacionadas aqui e as brasileiras, sendo uma melhor tratada pelo governo da junta provisória do que a outra. Em fevereiro de 1822, foi nomeado por determinação das Cortes para ser o Governador de Armas da Província da Bahia, o Brigadeiro português Ignacio Luís Madeira de Mello (1775-1833), chegando àquela cidade a bordo do navio *Danúbio*. Sua nomeação foi confirmada logo depois pelo Navio-Correio *Leopoldina* e informada à junta, além dos comandantes das fortalezas e corpos de 1ª e 2ª linhas estacionadas na capital baiana. (TAVARES, 1982, p. 25).

Em 19 de fevereiro de 1822, ocorreu uma desavença entre militares brasileiros e portugueses, resultando numa batalha entre dois batalhões, que acabou gerando a derrota para os brasileiros, cuja tropa refugiou-se no Forte de São Pedro, enquanto os soldados portugueses aumentavam seu controle sobre a cidade. No entanto, em um estado de embriaguez ocasionada pela vitória naquele dia, os soldados lusitanos cometeram atos de vandalismo, roubo, além de invadirem residências e insultarem os brasileiros. (PIO, 2020, p. 54-55). Conflitos ainda ocorreram nos dois dias seguintes, até que os militares brasileiros decidiram abandonar Salvador. Além deles, civis com suas famílias e escravos também começaram a deixar a capital, seguindo para as vilas vizinhas de Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco, Maragogipe e Valença, as quais foram os principais destinos dos refugiados (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p. 93). Entretanto, tais localidades se tornaram

risco em potencial não apenas por abrigarem opositores ao governo português, mas também por serem responsáveis pela produção de alimentos que abasteciam diretamente a capital. De fato, as guerras que seriam travadas posteriormente tiveram palco no Recôncavo, região estratégica para ambos os lados. (PIO, 2020, p. 56).

A situação na Bahia piorou gravemente no final do mês de junho, quando no dia 24, a Câmara de Cachoeira declarou apoio ao Príncipe Dom Pedro. A população gritou vivas em seu nome. O corregedor Antônio José Duarte de Araújo Gondim levou consigo 100 soldados de Santo Amaro para Cachoeira, para também apresentar que o povo de lá aclamava o príncipe. Em retaliação, uma escuna portuguesa ancorada no Rio Paraguaçu abriu fogo contra Cachoeira por três dias seguintes. Além disso, portugueses, por conta própria, também atacaram os brasileiros. A Guerra de Independência na Bahia havia começado. (SILVA, 2017, p. 67).

Com o passar de dias, toda a região do recôncavo aclamava o príncipe D. Pedro como o "defensor perpétuo do Brasil" e apoiava a expulsão dos lusitanos, os que eram contra a separação do Brasil, das terras baianas. Ordens centralizadas pela Comissão de Administração ajudaram o povo da região a reagir aos ataques das tropas de Madeira de Melo. Foram construídas diversas trincheiras nos rios de Cachoeira e de Santo Amaro para *impedir a chegada de esquadilhas de reforço portuguesas*, porém faltava tudo em relação a material. *Os revoltosos não possuíam armas individuais, artilharia, pólvora, carretas (de boi), alimentação, fardamento e pagamento*, no entanto possuíam a boa vontade e o sentimento de que deveriam, também, retomar a sua capital Salvador. (PIO, 2020, p. 62, grifos nossos).

Com a falta de soldados para lutar pela independência, uma junta militar para recrutamento e defesa foi criada em Cachoeira com o apoio das vilas vizinhas. Um pedido de socorro foi enviado nos meses seguintes ao Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

### **EM DEFESA DA INDEPENDÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO MILITAR DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA**

Analisando as correspondências entre a Junta Provisória do Governo da Paraíba do Norte e o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra (RJ), datado de 7 de janeiro de 1823, já em caráter de resposta, pudemos apreender como se deu parte da criação, recrutamento e as dificuldades encontradas na formação dos corpos militares da Paraíba. A ordem imperial havia sido expedida para a província ainda em 1822, no mês de outubro (5), e tinha como objetivos principais: “a defesa interna e externa”. Por defesa interna, entendesse serem necessários os corpos militares que guarneceriam a província em caso de possíveis rebeliões que pudessem ocorrer nas vilas e cidades da mesma. Um problema apresentado pela junta provisória de governo sobre o recrutamento e organização dos corpos diz respeito às distâncias e à dificuldade imposta pela geografia da província.

[...] o Gov<sup>o</sup>. De Armas he hum Off<sup>o</sup>. cercado de mil occupaões, e cuja assistência nesta Cidade he assas, interessante, julgou conveniente, q' o Sup<sup>o</sup>. fosse encarregado da deligencia de passar revista de *inspecção a todos os Corpos = do interior da Provincia para conhecer o estado dele, e sua disciplina, e dar conta ao Governo todas as vezes q' se haver de recolher, pois há Villas que ficão mui distantes da Cidade, como seja o Rio do Peixe, q' he extrema desta Provincia*

*com o Ceará, q' desta d'aqui mais di cento evinte legoas. O Pombal perto de noventa, bem como Brejo de Areia, e outras em lugares mais remotos. (NOTICES, 1823, p. 204-205, grifos nossos).*

Em relação à defesa externa, há dois pontos a se considerar: o primeiro, relacionado à possibilidade real do desembarque de forças militares portuguesas no litoral da Província da Paraíba, preocupação compartilhada com Pernambuco, e contida em vários documentos da época, nos quais se expediam ordens para posição de redutos com peças de artilharia e vigilância constante do Atlântico. O receio do envio de embarcações de guerra de Portugal se justificava, da mesma maneira, pela proximidade geográfica com a Europa, e, em fins de 1822, da presença de uma significativa frota de guerra lusitana que estava ancorada na Baía de Todos os Santos, em Salvador. Por outro lado, havia da mesma maneira preocupação com movimentos que pudessem se originar nas capitâneas vizinhas da Paraíba contra a independência, notadamente Pernambuco e Ceará. O mesmo documento relata essa preocupação:

Esta Provincia (Paraiba) conserva se presentemente em tranquili<sup>o</sup>., porem os nossos vizinhos de *Pernambuco, e Ceará = tem nos por vezes apresentado hum aspecto carrancudo, e temos por isso tido cuidado para evitar que omal não nos venha por aqui contaminar. (NOTICES, 1823, p. 207-208, grifos nossos).*

Contudo, aqui não nos compete mostrar como se deu o envio de forças militares da Paraíba para guarnecer ou pacificar as demais províncias do Império<sup>6</sup>. Cabe a nós apresentar como se deu o recrutamento, organização e envio da força designada para reforçar o Exército Pacificador no cerco a Salvador, na Bahia, a pedido do Brigadeiro Pierre Labatut.

## A FORMAÇÃO DO “BATALHÃO DA PARAÍBA”

No que diz respeito à criação dos corpos de 1ª e 2ª linhas, foi realizada a partir de ordem imperial, expedida em 5 de outubro de 1822. A resposta dada pela junta de governo da província ao Rio de Janeiro prestava conta do esforço empreendido para a formação desses corpos e das dificuldades encontradas para a criação dos mesmos. Segue:

A autoridade de criar Corpos demandava *naõ somente de soldados* mais tambem de *Officiaes*, q'. os instrua, eos Commande, e nesta persuasão cumprindo como devíamos a citada e Imperial Ordem, expedimos imediatamente ao Governador de Armas as necessárias participações *para q' fizesse a proposta de Off<sup>es</sup>., q' estivessem vagos* edos q' se haviaõ novamente erdar, apresentando alem disso os mappas dos Corpos existentes p<sup>o</sup>. a vista de tudo conhecermos os q' faltavaõ levantar.[...] (NOTICES, 1823, p. 206, grifos nossos).

Portanto, a primeira preocupação expedida pela junta era a formação de oficiais capacitados para instruir os corpos que seriam recrutados. Em seguida, havia a preocupação com as promoções e o soldo, no que fica evidenciado no relato abaixo transcrito.

[...] Sua Magestade Imperial julgou a junta do Governo a proposito a publicação da proposta tanto dos Corpos de 1ª como de 2ª Linha, mas com declaração, que os Officiaes promovidos *naõ venceriao soldo* (aquelles que deveriaõ ter), correspondentes a seus accessos, enquanto *naõ tivessem a Imperial Approvação*, eassim mesmo continuaõ

*mui contentes no Serviço. Na expedição q' se fez para a Bahia em auxilio do General Labatut marcharaõ alguns Off<sup>es</sup>., Cadetes, e Sargentos, q' pela Ordem da escala deveraõ ser promovidos, e na verdade foraõ por que assim o mereciaõ, e era conveniente fazer ver que huma boa recompensa anda sempre apar da mais regular conducta. [...]* (NOTICES, 1823, p. 207, grifos nossos).

O documento transcrito acima, data de janeiro de 1823, algumas semanas depois da partida da tropa paraibana para a Bahia, em auxílio ao Brigadeiro Labatut. A partir dele, fica evidente que, como estratégia para preencher os corpos, os oficiais, cadetes e sargentos da tropa de primeira linha, partícipes da expedição, foram promovidos por fatores como “merecimento” e “boa conduta”. Como vimos anteriormente, a defesa interna da província exigia que grande parte da força permanecesse na Paraíba. Por este motivo, apenas uma parcela dela seria enviada à Bahia para reforçar o Exército Pacificador. Em fins de 1822, uma força formada em Pernambuco já tinha sido expedida para a Bahia para reforçar os comandados de Labatut. No entanto, a chegada de uma frota de navios portugueses em Salvador, com naus de guerra, e conduzindo aproximadamente 2.000 homens, fez com que aquele comandante tomasse uma atitude mais defensiva, enquanto aguardava por reforços.

Novas ordens com pedidos de reforço de homens e recursos foram expedidas a outras províncias, inclusive a Pernambuco, que, desta vez, foi mais cautelosa. A junta daquele governo, preocupada com a defesa de seu território, apelou à Província da Paraíba, no relato que segue:

Se a junta governativa de Pernambuco atendesse mais ao generoso impulso patriótico da província, que *ao interesse*

*de velar pela sua própria segurança, também ameaçada, e como que vendo surgir a cada momento as coortes lusitanas para sufocar o influxo patriótico daqueles que defendiam a causa da independência da pátria, certamente não teria recorrido à generosidade da vizinha província (Paraíba) em prestar o seu concurso em prol da libertação da Bahia* (COSTA, 1962, p. 309, grifos nossos).

Portanto, coube à Província da Paraíba fornecer ao Exército Pacificador uma significativa parcela da tropa de reforço que seria enviada à Bahia em fins de 1822:

Não podendo então a província (Pernambuco) enviar toda a tropa solicitada por Labatut, recorreu a junta ao governo da vizinha província da Paraíba, pedindo um contingente de 200 praças de primeira linha, no que foi atendida sem detença, chegando as tropas paraibanas no Recife no dia 10 de dezembro (1822) [...]. (COSTA, 1962, p. 309, grifos nossos).

Aqui, cabe ressaltar que a força enviada foi a de primeira linha (tropa regular)<sup>7</sup>, que já vinha sendo organizada pela junta sob tutela do então governador das armas da província, Estevão José Carneiro da Cunha. A tropa de segunda linha permaneceria na Paraíba para a defesa do território, ou seja, mesmo com a solicitação urgente, houve preocupação por parte da junta em garantir a segurança do local. Vale ressaltar que a tropa de segunda linha era o equivalente às milícias e ordenanças, muito identificadas com seus respectivos contextos sociais locais. A tropa que marchou da Paraíba atrasou-se em Pernambuco, pois, segundo relato contido nos *Anais Pernambucanos*, velas haviam sido avistadas na altura de Itamaracá, alertando as duas províncias para uma possível frota de naus portuguesas, que,

no entanto, provou-se ser apenas um alarme falso (COSTA, 1962, p. 309). Fica evidenciada aqui mais uma vez a preocupação constante de desembarque pelo mar de forças portuguesas nestas províncias.

A força de 200 homens era liderada pelo Capitão Teodoro de Macedo Sodré, que aquartelou a força no Recife, no convento Madre de Deus, aguardando o embarque. Para manter estes reforços militares comprometidos com a causa da independência e dar devido suprimento, à fazenda de Pernambuco coube o adiantamento de três meses de soldo<sup>8</sup>. Os soldados e oficiais recrutados para a empreitada em seguida foram conduzidos à Bahia. Somada à tropa paraibana, juntaram-se mais homens das outras províncias, totalizando o número de aproximadamente 600 praças. Para o deslocamento desta força, bem suprida para a Bahia, a marcha por terra foi descartada, pelas dificuldades do terreno e a distância que demandaria o envio de tal força para o sul.

Foi decidido que o deslocamento de uma fração de força (400 homens) deveria ser feito por mar, enquanto outra parte de 200 homens permaneceria em Pernambuco, mas seria deslocada “assim que as circunstâncias permitissem”. O relato não implica, porém, quais seriam estas circunstâncias, ao que podemos aferir, baseando-se nas fontes da época, da possibilidade de desembarque de forças militares portuguesas por mar. Diferentemente do embarque de tropas feito de maneira usual, feito em grandes navios de guerra ou mercantes armados, o mesmo foi feito por embarcações menores<sup>9</sup>. Segundo consta no relato abaixo:

Pretendia a junta expedir imediatamente o contingente dos 600 homens solicitados, mas para prevenir o risco que corriam os navios grandes, destinados com outros menores para a sua

condução, de caírem presa dos vasos inimigos, que cruzavam à vista do porto do Recife, apressou-se em ordenar a marcha imediata de 400 somente, em canhoneiras e pequenos barcos, que navegavam ao longo da costa e próximos à terra, e portanto, ao abrigo de qualquer investida do inimigo; [...] (COSTA, 1962, p. 309-310, grifos nossos).

Muito revelador é este relato, dando conta da estratégia utilizada pela força expedicionária da Paraíba e Pernambuco para deslocar-se à Bahia. Ao utilizar-se de embarcações menores para o transporte, evitariam atrasos em relação à marcha por terra e, ao mesmo tempo, poderiam proteger-se dos navios de guerra portugueses, que não ousariam aproximar-se da costa brasileira para interceptá-los sob o risco de encalhar. Existia na costa brasileira, desde o início do período colonial, uma rede de comércio entre os litorais das capita-

nias, feito através de sumacas, chalupas, barcaças e outros tipos de embarcações menores visando transporte de mercadorias e pessoas. Esta “pequena cabotagem” também se estendia aos rios, contribuindo para o incremento do mercado interno.

É possível que, em meio à urgência dos eventos presentes naquele momento, várias destas embarcações mercantes tenham sido solicitadas ou mesmo confiscadas para realizar tal transporte. Não apenas os homens, mas as armas e suprimentos também foram embarcados nelas: “bôcas-de-fogo, petrechos, palamentas, e munições de guerra...” (COSTA, 1962, p. 310). Ao nos atentarmos às *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* (1835), pudemos encontrar os nomes de alguns dos oficiais paraibanos da expedição enviada já em operações militares na Bahia, no início de 1823, cujas patentes e nomes seguem na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Relação de parte dos oficiais paraibanos que lutaram junto ao Exército Pacificador na Bahia (1823)

Nome dos oficiais	Patente
Teodoro de Macedo Sodré	Capitão e comandante da expedição da Paraíba
João Francisco Barreto	Tenente
Francisco Xavier Monteiro da Franca	Tenente
Antônio Vicente Mangueira	Ajudante de Ordens
Manoel Joaquim de Oliveira	Ajudante de Ordens
Manoel Elias da Rocha	Alferes
José Rodrigues Ferreira Vianna	Alferes
Manoel Virgínio da Silva	Alferes

Fonte: *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* (1835)

## AA ATUAÇÃO DA TROPA PARAIBANA NA GUERRA DA BAHIA

Nos primeiros meses de 1823, a força de socorro combinada das províncias da Paraíba e de Pernambuco chegou à Bahia e juntou-se ao Exército Pacificador sob o comando do Brigadeiro Labatut. A força

encontrava-se acampada na região do Recôncavo, enquanto a capital baiana estava ocupada pelas tropas portuguesas lideradas pelo General Madeira. Na Baía de Todos os Santos, a recém-chegada Força Naval portuguesa havia reforçado o contingente com homens e munição, porém, a tropa portuguesa, ao contrário da brasi-

leira, carecia de meios para alimentar a tropa, em sua maioria, dependente do suprimento de farinha de mandioca. As dificuldades logísticas eram compartilhadas por ambas as forças.

A carência de fontes documentais nos impede, no momento, de conhecer com mais detalhes a atuação da tropa paraibana nos primeiros meses de cerco a Salvador. Contudo, é sabido que, ao chegar, ela juntou-se à força de Pernambuco já há um tempo estabelecida. Com a deposição de Labatut do comando do Exército Pacificador, em 21 de maio de 1823, coube a José Joaquim de Lima e Silva liderar e reorganizar a força. Na ordem do dia de 28 de maio de 1823, expunha os detalhes da nova organização do Exército, composto por um Estado-Maior, sendo em seguida dividido em Divisão, Brigada e Batalhão (CERQUEIRA E SILVA, 1835, p. 29-30). No que diz respeito aos batalhões, em seus números e denominações, destacamos a última linha que afirmava que "...o Batalhão do Imperador" seria conhecido por esta denominação, o Batalhão de Pernambuco da mesma forma e o Batalhão da Paraíba igualmente" (CERQUEIRA E SILVA, 1835, p. 30).

Ou seja, os batalhões ganharam uma identidade própria em sua organização a partir da sua origem geográfica, à exceção do Batalhão do Imperador que era composto quase exclusivamente por tropas vindas da Corte. O Batalhão da Paraíba, assim como o do Imperador e o de Pernambuco, fazia parte da 2ª Brigada comandada pelo Major Tomaz Pereira da Silva e Mello. Por sua vez, esta brigada fazia parte da 1ª Divisão do Exército comandada pelo Tenente-Coronel José de Barros Falcão de Lacerda. Compreender como estava colocada a tropa da província nortista dentro da organização do Exército Pacificador foi importante, pois nos ajudou, posteriormente, a identificar a presença da mesma na área

dos combates e se ela teve atuação destacada ou não, onde estava posicionada nos meses em que durou o cerco, quais as privações que tiveram, ou se houve alguma atuação de algum elemento (soldado ou oficial) destacado.

Como tratamos especificamente neste trabalho da atuação do Batalhão da Paraíba na guerra contra os portugueses, cabe aqui menção novamente a uma ordem do dia do Exército, desta vez datada do dia 7 de junho de 1823, apenas alguns dias após a formação do batalhão paraibano dentro da organização. Em combates na região do Recôncavo, mais especificamente nos entornos do acampamento de Pirajá, a atuação de um soldado paraibano foi digna de menção do comando, no relato que segue:

*"Saiba mais o exército que o soldado da 1ª companhia do batalhão da Parahiba, Manoel de Abreo França, sendo prisioneiro por 3 soldados Luzitanos, dos quais um estava com um braço quebrado, já desarmado por elles, teve a coragem, e o sangue frio de aproveitar o momento, em que um dos dous Luzitanos são se separava em um seguimento de um soldado nosso, cravando no outro Luzitano são que restava, uma grande faca de ponta, que cautelosamente occultava, e com a qual immediatamente o matou, escapando-se com sobeja facilidade do que restava ferido, que não teve outro partido mais, que o de fixar os olhos na direcção que o nosso bravo soldado tomou, até incorporar-se com os seus camaradas, que depois de algumas horas o receberão nos braços, e com bem merecida admiração e contentamento. "* (SILVA, 1835, p. 38-39, grifos nossos).

A ação descrita acima menciona os combates ocorridos no dia 3 de junho, e procura descrever a atuação do soldado

paraibano Manoel de Abreo França, pertencente à 1ª companhia do batalhão. Valores como sua “coragem”, “sangue-frio”, são mencionados, bem como sua destreza em ocultar uma arma branca (uma faca de ponta), da qual usou para atingir seu inimigo e escapar do cativeiro em que se encontrava. Tais valores descritos acima, até onde podemos apurar, atestam a forma narrativa utilizada pelos líderes militares do Exército Pacificador para deixar à posteridade os valores do soldado “brasílico” frente ao estrangeiro (europeu): coragem e inteligência diante das adversidades, bem como demonstrar bravura mesmo em situação de inferioridade numérica. O fato de um dos três portugueses ter se evadido para dar “seguimento a um soldado nosso” mostra que, talvez, Manoel tenha sido aprisionado ainda no calor do combate, e, em meio à confusão gerada, aproveitou para retornar às linhas brasileiras.

O mês de junho de 1823 iniciou-se de forma problemática para os portugueses, consistindo em trinta dias de tensão, sendo essa exercida por terra e mar. O Coronel Lima e Silva decidiu realizar uma série de ataques contra a capital baiana. Em terra ele liderava as tropas, enquanto em mar Lorde Thomas Cochrane seguiu no comando da Armada brasileira. A iniciativa teve início no dia 3, em que localidades em Brotas e Pitubas foram atacadas. (PIO, 2020, p. 88). É possível que tropas paraibanas tenham se envolvido em um dos ataques, já que o combate do soldado Manoel de Abreo França contra três portugueses ocorreu na mesma data.

No dia 13 de junho, Cochrane atacou a Esquadra Lusitana na Baía de Todos os Santos e ordenou o bloqueio do local. A partir do dia 16, Madeira e o comandante naval João Félix tinham se desentendido quanto à estratégia de se defender do cerco e contra-atacar o bloqueio brasileiro. Félix cogitou abandonar Salvador,

algo que Madeira postergou para última opção. Uma cisão na cadeia de comando instalou-se. (CALMON, 1947, p. 187-188). No dia 18 de junho, ocorreu o ataque à Vila de Itapecuru-Mirim, posição portuguesa que foi tomada.

Os ataques ocorridos nos dias 13 e 18 acentuaram a decisão por uma rendição. Os desentendimentos entre o General Madeira de Melo e o Almirante Félix, e a falta de apoio da junta provisória, chegaram ao ápice no dia 29 de junho, quando Madeira de Melo decidiu por se render. Ele enviou uma carta solicitando ao Coronel Lima e Silva o direito de embarcar para Portugal, levando suas tropas. A permissão foi concedida e em 1º de julho ocorreu o embarque, no entanto Lima e Silva assegurou a retirada pacífica, mas não a viagem. Cochrane foi ordenado a capturar o inimigo. (CALMON, 1947, p. 190).

Em 2 de julho de 1823, toda a força portuguesa fez vela. Eram, segundo Cochrane, 13 navios de guerra e aproximadamente 70 navios mercantes. O Frei Paixão e Dores, por sua vez, menciona em 87 navios, dos quais 17 de guerra. Para a Província da Bahia era o fim da guerra, mas no campo naval, ainda não haviam terminado as operações. À saída do porto, a *Maria da Glória* passou a dar caça à esquadra portuguesa. A ordem era de atacar todos os navios com tropa, para que voltassem à Bahia como prisioneiros. (FRANCHINI NETO, 2015, p. 391).

Após a vitória em 2 de julho, foi ordenado que os batalhões do Exército Pacificador se aquartelassem pela cidade. No caso, designou-se os fortes, igrejas e quartéis para este fim, como se lê no seguinte relato:

Aquartelou-se o 1º. batalhão como se disse, no convento do Carmo, 9º. em o de S. Bento, o 3º.

no de S<sup>ta</sup>. Tereza, o 4<sup>o</sup>. no mesmo convento de S. Bento, o 5<sup>o</sup>. também no convento do Carmo, o 6<sup>o</sup>. no hospício da Piedade, o 7<sup>o</sup>. no de Jerusalém, o 8<sup>o</sup>. e 9<sup>o</sup>. em o Noviciado, o do imperador no quartel da Mouraria; a força expedicionária de Pernambuco no quartel da Palma, a da *Parahiba e Penedo*, na casa do Seminário de S. Damaso na rua do bispo, a cavalaria e artilharia nos seos respectivos quartéis d'Agua de meninos, e fortaleza de S. Pedro. (CERQUEIRA E SILVA, 1836, p. 71, grifo nosso).

Com o sucesso em se recuperar o controle da cidade de Salvador, a celebração pela vitória do Exército Pacificador se espalhou nas semanas seguintes. Uma carta enviada da Corte parabenizou as tropas por sua conquista. Em uma dessas missivas exaltava-se as forças pernambucanas e paraibanas como se pode ler no trecho a seguir: “resolveu Sua Majestade Imperial, que as valentes tropas das briosas províncias de Pernambuco e Parahyba se houvessem de a ellas recolher, a descansar das passadas fadigas”. (EXPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS, 1849, p. 32).

Nesta carta, além do elogio dado às forças libertadoras, era informado que as tropas auxiliares deveriam deixar Salvador para evitar despesas desnecessárias em mantê-las ali. Com isso, a carta informava que navios seriam enviados para buscar as tropas baianas, mas também para reconduzir as forças da Paraíba e de Pernambuco. A partida das tropas ocorreu em data não informada, embora a carta seja datada de 14 de novembro de 1823.

Illustrissimos e Excellentissimos Senhores. — O governo provisório da província da Bahia, tem a satisfação de communicar a Vossas Excellencias que nesta occasião *partem para essa cidade os corpos auxiliares*

*dessa província [Pernambuco] e da Parahyba*, commandados pelo benemérito coronel José de Barros Falcão de Lacerda e *todos cobertos daquella verdadeira gloria*, que justamente adquirem os que *derramam o sangue pela liberdade de sua pátria*: toda a província tocada da mais viva gratidão, protesta um eterno reconhecimento á essa briosa porção de seus libertadores. *Elles vão pagos de todos os seus soldos e respectivos vencimentos*. Igualmente communica o governo a Vossas Excellencias que pretendendo contemplar, pelo modo que lhe fosse possível, os relevantes serviços dos officiaes que fizeram a campanha, determinou ao mencionado coronel que fizesse uma proposta, a qual sendo formalisada pela maneira que por copia se remetle a Vossas Excellencias, passa a enviar a Sua Magestade Imperial, afim de obter a confirmação. (EXPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS, 1849, p. 33, grifos nossos).

Fato que o retorno das forças paraibanas e pernambucanas foi concluído no mês de dezembro de 1823. Os dois batalhões chegaram de navio ao porto do Recife no dia 12, sendo recebidos com uma grande recepção, salvas de tiros das fortalezas, desfiles pelas ruas, arco do triunfo, ruas ornadas e fogos de artifício. A festa da vitória, em Recife, durou vários dias, tendo o Batalhão da Paraíba retornado à sua província apenas no dia 20, onde também foi recebido com imensa festa pelos seus conterrâneos:

N 563 —Il<sup>mos</sup>. Sen<sup>as</sup>, A junta Provisória do Governo remete por cópia os oferecimentos inclusos dos Negociantes Europeos aqui residentes, para que V. Sas se encarreguem de receber as suas ofertas *aprol da nossa brioza Tropa, que está chegar*, segundo

assuma, com brevidade, agradecendo da Parte de todos os Paraibanos e aos Luzo Brasileiros, que assim se portarem, e tractando de dar a devida applicação as necessárias offertas = Outro sim, encarrega o Governo a V.Sas de darem todas as *procedências convenientes para ser recebida aquella Tropa com todo o aparato festivo, mandando fazer arcos triunfaes sob os quaes deverá entrar, e iluminar-se a Cidade, assim como deverá logo prevenir hum hábil Orador, para-se acção de graças que se hade render ao Deus dos Exércitos fazer hum discurso e na logo etão exultante objeto [...].* (CORRESPONDENCE, 1823, p. 458, grifos nossos).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finda a Guerra de Independência em 1823, o Brasil havia afastado as ameaças externas aos seus territórios no Norte. Com a pacificação de Salvador na Bahia, breve o Piauí e o Maranhão também estariam livres de quaisquer ameaças militares perpetradas por Portugal. Apenas a região da Cisplatina, no extremo sul do Império, na Região do Prata, continuaria a representar uma ameaça à integridade da nação recém-fundada. De qualquer maneira, a independência do Brasil não foi concluída sem grandes custos humanos e financeiros. Os conflitos ocorridos nas províncias do Norte contrapõem a ideia de que tivemos um processo de independência “pacífico”. Ao contrário, demandaram-se muitos homens e recursos internos e externos. Este trabalho de pesquisa, com efeito, procurou apresentar o importante papel desempenhado pelas forças militares naturais da Província da Paraíba no processo de independência do Brasil. Para além das densas descrições dos eventos que se seguiram ao “grito do Ipiranga”, acrescentamos novos elementos à tradicional narrativa dos eventos ocorridos entre 1822 e 1823. A partir da análise e acréscimo de novas fontes documentais oriundas de acervos primários e de revisão da bibliografia, foi possível vislumbrar importantes elementos que dão a devida importância à formação das forças militares no período: as estratégias e dificuldades na questão da criação da força militar a partir do recrutamento e da distribuição de cartas-patente, a organização, a logística e o transporte de homens, provisões e armamentos da força militar paraibana junto a de Pernambuco: esforço importante que demandou o uso de recursos humanos, financeiros e materiais das duas províncias nortistas. Importante frisar que nenhuma destas decisões foi acertada sem aval dos decretos imperiais, tendo em vista a influência política da Corte (Rio de Janeiro) neste processo.

Destacamos, neste artigo, a importância que a condução da tropa expedicionária da Paraíba e de Pernambuco, feita a partir de elementos navais, obteve para que pudesse, com sucesso, alcançar seu objetivo de chegar à zona de combate no Recôncavo: o uso de embarcações menores e de uso civil, com armamento; a liderança de estrangeiros experientes na guerra no mar, bem como a estratégia utilizada para despistar forças navais superiores em número e armamento; todos estes elementos combinados fizeram com que a expedição de socorro chegasse segura e em tempo de participar dos combates. Em suma, a condução de tropas pelo mar foi fator decisivo para a vitória brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES PRIMÁRIAS**

AHEPB (Arquivo Histórico do Estado da Paraíba) 1822-1823.

IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). 1821-1823.

HDBN (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional), RJ.

**Gazeta Universal (PT)**, 1822, edições 68, 92 e 139.

**Sentinela da Liberdade (PE)**, 1823, edição 33.

CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Memorias históricas e políticas da província da Bahia, tomo II**. Salvador: Typografia do Correio Mercantil, 1835. 4v

CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Memorias históricas e políticas da província da Bahia, tomo III**. Salvador: Typografia do Correio Mercantil, 1836. 4v

**CORRESPONDENCE of the Provincial Junta**, 1821-1824. Disponível em: <https://archive.slavesocieties.org/volume?id=330681>.

COSTA, F.A.P. **Anais Pernambucanos**: 1818-1823 (V.8). Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

**EXPOSIÇÃO dos serviços prestados pelo coronel José de Barroso Falcão de Lacerda, em diferentes provincias do imperio**, desde 1788 até 1848 com especialidade nos annos de 1817, 1821, 1822, 1823 e 1824. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849.

**NOTICES from the Paraíba Government to the Council, the King, the Prince, and the Secretary of State**, 1821-1824. Disponível em: <https://archive.slavesocieties.org/volume?id=285305>.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e; SILVA, Léo Fonseca e. **Fatos da História Naval**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**, vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1978.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**: 1800-1889: 4o volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2002.

FRANCHINI NETO, Helio. **Independência e morte**: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). Tese (Doutorado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à época da Independência: um estudo. In:

MOTA, C. G. **1822 Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, p. 56-73.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. **Guerra de independência na Bahia (1822-1823)**: bicentário do conflito que concretizou a emancipação política do país e marcou o início da formação do exército (imperial) brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Rayanne Gabrielle da. O processo de Independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823). **Contraponto**, Teresina, v. 6, n. 2, p. 60-77, jul./dez. 2017.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 113-132.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a Gazeta de Lisboa antes e depois da Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820. **Imprensa e mudança**, 2020, p. 139-191.

SOUZA, Iara Lis Franco S. Carvalho. **A pátria coroadada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. 2. ed. Brasília: Civilização Brasileira, 1982.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Trata-se de uma vertente historiográfica surgida na segunda metade do século XX, influenciada pelo movimento francês da nova história e pesquisas de autores britânicos, o que levou a se repensar as fontes, métodos, teorias e abordagens para o estudo histórico tradicional nos campos da política, guerra, economia, sociedade, cultura, religião, etc. Por este aspecto, a NHM procura analisar a guerra, as batalhas, as Forças Armadas, armamentos, uniformes, equipamentos e veículos militares, símbolos, treinamento, recrutamento, serviço militar, cultura militar, etc. inserindo abordagens advindas da história social, história cultural, micro-história, antropologia, memória, etc. (SOARES, VAINFAS, 2012, p. 120-125).

<sup>2</sup> As juntas foram criadas no contexto do governo do Príncipe Regente D. Pedro após a volta de D. João VI e da Corte para Portugal, atendendo às reivindicações das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa instituídas pelo movimento liberal iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, em Portugal, com objetivo de recuperar a posição do

país no cenário europeu e reaver a hegemonia política no Império luso-brasileiro (SOUZA, 1997, p. 156). A Paraíba foi regida por quatro juntas provisórias entre 1821 e 1824, período que marcou a instabilidade política gerada pela Independência do Brasil.

<sup>3</sup>O *Gazeta Universal* foi um jornal lisboeta de duração efêmera como outros do período, estando em atividade de 1º de maio de 1821 a 6 de março de 1823, sendo um periódico antiliberal, contrário à Revolução do Porto, defendendo a manutenção do absolutismo português. (SOUSA, 2020, p. 151-152).

<sup>4</sup>GAZETA UNIVERSAL, 1822, ed. 68 e 92.

<sup>5</sup>O jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* foi um dos jornais com o nome de sentinela, criado pelo médico, jornalista e político Cipriano Barata (1762-1838), de pensamento liberal, abolicionista e republicano, ele foi apoiador da independência brasileira. O jornal circulou de 1822 a 1823, tendo sido censurado e Barata preso por conta de seus protestos a favor da liberdade de imprensa. (SODRÉ, 1999, p. 66-68).

<sup>6</sup>Em 3 de novembro de 1821, foram registrados confrontos em Salvador entre grupos formados por “tropa e povo”, que questionaram a atuação da Junta Provisória do Governo. A maior parte das forças militares incluindo a Legião Constitucional Lusitana e marujos dos navios de guerra portugueses não aderiram à sedição, sendo seus líderes, conduzidos à Fortaleza do Barbalho, e depois para a Fragata *Príncipe D. Pedro*, presos.

<sup>7</sup>Em documento datado de 7 de janeiro de 1823, a Junta Provisória do Governo da Paraíba do Norte, em resposta ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha à Imperial Ordem de 27 de novembro de 1822, expunha os motivos das dificuldades em torno do recrutamento para a formação do Batalhão de Artilharia da Marinha, solicitado para guarnecer o Rio de Janeiro. Segundo consta, havia demora na chegada da embarcação para tal fim, e se sugeria o envio dos recrutas em qualquer embarcação, sugerindo mesmo que fossem embarcados nos navios responsáveis por transportar madeira desta província para a Corte. Alertava também a junta para a possibilidade da deserção dos recrutas diante da demora, atestando a sua “repugnância ao afastar-se de sua terra natal por muito tempo”, além de problemas com o soldo dos recrutados (IHGP, 1823, p. 213-214).

<sup>8</sup>“As tropas paraibanas, além do pré adiantado de três meses que receberam em Pernambuco, na importância de 2:276\$896, tiveram mais o abono da quantia de 148\$800 para compra de calçado, tendo-se feito mais tôda a despesa com o seu alojamento e sustento durante os dias em que permaneceram no Recife, e a demais que ocorreu com o arranjo e expedição de todas as forças e materiais de guerra”. (COSTA, 1962, p. 386-387).

<sup>9</sup>Segundo os *Anais Pernambucanos*, as forças da Paraíba e de Pernambuco partiram “por mar, em pequenas embarcações convenientemente aprestadas pelo govêrno da província, comandando a flotilha o tenente da marinha de guerra francesa, Baltasar Victor Maria Boisson”. Importante menção, pois aponta a presença de lideranças militares mercenárias estrangeiras em atividade junto à tropa paraibana.